

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

SAÚDE MENTAL DO DOCENTE: PERCURSO HISTÓRICO E PRÁTICAS DE CUIDADO NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO

Andressa Antonioli¹

Giseli Monteiro Gagliotto²

Eixo temático: Trabalho docente e formação de professores

Este resumo é parte de uma pesquisa, ainda em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Francisco Beltrão. Tem por objetivo abordar a saúde mental dos docentes, no ambiente universitário. Buscamos, a partir de uma revisão bibliográfica, da perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético e tomando como referências teórico-conceituais a psicanálise, contextualizar, o percurso histórico da saúde mental, no Brasil, o entrelaçamento da psicanálise e a educação, bem como o adoecimento psíquico e os mecanismos de cuidado disponíveis aos docentes. Os objetivos foram analisar as manifestações de sofrimento psíquico dos docentes e identificar as possibilidades de intervenção, a fim de promover a saúde mental no ambiente universitário.

De acordo com Minayo (2021) a pesquisa vincula sempre o pensamento e a ação, principalmente, a nossa ação como pesquisadores, no movimento de fazer acontecer. Ainda, Minayo (2021, p. 16) “As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionados. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontra suas razões e seus objetivos”.

Portanto, segundo a autora, nós pesquisadores, iniciamos uma investigação por uma questão, por uma dúvida, por um problema, por uma pergunta. O tema da nossa pesquisa,

¹ Mestranda em Educação na Unioeste de Francisco Beltrão. Linha de pesquisa Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores. Integrante do Grupo de Pesquisa Laboratório de pesquisa e extensão Educação e Sexualidade, e do Grupo de Pesquisa Laboratório de Personalidade e Diferenças Individuais. E-mail: psi.andressaantonioli@gmail.com

² Doutora em educação, docente do curso de graduação em pedagogia e do curso de pós-graduação em educação. E-mail: giseligagliotto@gmail.com

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

geralmente, se compõe por algo que nos afeta, que está na nossa vida, que nos gera questionamentos e inquietações, frente a nós mesmos e a nossa realidade.

Segundo Gebrim (2002), há indícios de que a relação entre psicologia e educação no Brasil foi construída de forma hegemônica, pautada em uma filosofia educacional identificada com o espírito liberal, pretensamente científica. E, cabe ainda citar, que uma das influências da psicologia na educação veio do estudo das diferenças individuais, um conhecimento imprescindível para que o ato educativo, pautado nessas diferenças, fosse eficaz.

Para abordar o tema saúde mental, buscamos contextualizar seu percurso histórico, desenvolvimento e marcos importantes, na elaboração de mecanismos de promoção de saúde mental no Brasil e dentro das universidades. Importante, pontuar a relação docentes-acadêmicos, docentes-docentes, docentes-coordenadores e docentes-diretores, além de tantos outros funcionários que trabalham numa instituição universitária. Pois, essas relações influenciam, diretamente, na qualidade do trabalho desenvolvido. É urgente darmos atenção, acolhimento e escuta ao sofrimento psíquico dos docentes e as formas de cuidado, em saúde mental, dentro da universidade.

A revisão bibliográfica permitiu-nos a histórica da saúde mental, no Brasil, e o interesse por pesquisar a saúde mental dos docentes. Tomamos, a saúde mental, como um produto histórico, relativo à práxis social humana. Esta pesquisa, tem promovido uma identificação da concepção dialética da história da saúde mental, seus caminhos na educação e a saúde mental dos docentes na universidade.

O método do materialismo-histórico-dialético abrange uma análise crítica do desenvolvimento histórico da sociedade e busca explicar as mudanças históricas, através da luta de classes. Sendo assim, analisamos os dados materiais e históricos referentes ao objeto de pesquisa, considerando as suas contradições e conflitos manifestados, nas suas diferentes determinações sociais e políticas.

Quando falamos em desenvolvimento histórico, em saúde mental no Brasil, somos remetidos a apreender, o processo da Reforma Psiquiátrica que teve início em 1970. O sentido



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

da Reforma Psiquiátrica, está na luta pelos direitos humanos e qualidade de vida, de indivíduos com transtornos mentais e/ou em sofrimento psíquico.

A reforma psiquiátrica Brasileira trouxe reconfigurações para o quadro da assistência em saúde mental e colocou em questão os tradicionais dispositivos de tratamento da loucura, buscando assim, construir novos dispositivos de assistência. Propõe, um modelo de atenção, centrado nos serviços comunitários, para substituir a internação hospitalar, seguindo as mesmas orientações, das políticas de saúde mental, encontradas no cenário internacional.

Embora, mesmo aos pequenos passos, a implantação de uma rede de cuidados, na comunidade e políticas voltadas para o trabalho, moradia, lazer e cultura, bem como, iniciativas de mudanças, no tratamento de pessoas, com transtornos mentais, têm proporcionado uma atenção comunitária e multidisciplinar.

Inicialmente, era predominante a prática de retirar os sujeitos, do meio social, para curá-los, ou afastá-los do convívio familiar, por acreditar que não teriam mais cura. Com isso, essas pessoas foram enclausuradas em asilos e hospitais psiquiátricos, por longos períodos ou o resto de suas vidas. Algumas passaram a residir nesses locais.

Como menciona Amarante:

Nos momentos de crise, a centralidade era estabilizar a doença através de aplicação de sedativos e permanência nos hospitais, em que eram tratados de forma desumana. Nesta concepção, a centralidade se encontra na doença e como controlar os sintomas, não se observam os contextos que envolvem a vida desses indivíduos. (2007, p.22)

Sendo assim, ao problematizar a hegemonia do saber médico, nesse campo, abre-se espaço para a construção de, novas formas, em abordar o sofrimento psíquico, propondo um trabalho multidisciplinar que, serve para reorientar a prática clínica, nos serviços públicos de saúde.

Lima (2018) adverte que

O objetivo da reforma psiquiátrica foi na época, a humanização dos serviços e do cuidado, visualizar a pessoa com um transtorno mental não como delimitada à doença, um diagnóstico, mas um ser humano com sua individualidade, desejos, que também é formado e influenciado pelo todo onde vive. (2018, p.6).



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Desta forma, contribui para a extinção dos manicômios, defende os direitos dos sujeitos em sofrimento psíquico e orienta mudanças na assistência em saúde dessa população, ao possibilitar a construção de serviços substitutivos. Essas ações fomentaram a desconstrução da prática em tratar o louco com o isolamento, devolver-lhe, o direito ao convívio social e a oportunidade de construir sua cidadania e subjetividades.

Assim, a natureza teórico-prática da psicologia, ao considerar a historicidade do sujeito, como ponto de partida para o seu entendimento, a caracteriza como ciência mediadora e o pensamento humano como fonte propulsora da crítica intencional, permitindo uma outra prática social, baseada em relações desalienantes.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Saúde Mental pode ser considerada um estado de bem-estar, vivido pelo indivíduo, que possibilita o desenvolvimento de suas habilidades pessoais, para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade. Pontua ainda, que bem-estar de uma pessoa, não depende somente dos aspectos psicológicos e emocionais, mas também de condições básicas e fundamentais, como saúde física, apoio social, trabalho, moradia, condições mínimas de vida. Diante disso, além dos aspectos individuais, a saúde mental é também, determinada pelos aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos.

Segundo a Carta de Ottawa (1986), encontramos que promover a saúde não é exclusivo desta área, de forma que, se cuidando, holisticamente, a educação também, tem sua parcela de responsabilidade. Neste documento, a educação é um pré-requisito para a saúde. “A saúde é construída e vivida pelas pessoas, dentro daquilo que fazem, no seu dia a dia: onde elas aprendem, trabalham, divertem-se e amam” (OMS, 1986). Com isso, podemos ressaltar, como a universidade é um ambiente propiciador de saúde, ou deveria ser, mas o que se tem visto, em muitos momentos, é um ambiente que causa sofrimento psíquico nos docentes e nos universitários.

Para Tostes et al. (2018), os sistemas educativos são forçados em uma reforma a partir, das diversas reformulações, no mundo do trabalho, provocadas pelas crises na esfera econômica. Segundo os autores, a educação, a serviço da nova ordem econômica e social, impõe

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

um redirecionamento da escola para, alinhar-se a esse contexto, formulando um processo educativo para, a exigência de um novo trabalhador flexível, proativo, competitivo e apto a se aperfeiçoar rapidamente.

Conforme Graner e Cerqueira, (2019), o sofrimento psíquico, dentro das universidades pode ser entendido como a “depressão e ansiedade, caracterizados pela presença de sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas” (p. 1328). Identificam que, muitas vezes, os relatos de sofrimentos não estão voltados às características patológicas; em alguns momentos, são a segunda causa do sofrer.

Apontam, que o que realmente fazia os seres humanos sofrer, eram as situações sociais, o meio em que viviam e as implicações nas relações sociais. Portanto, o sofrimento psíquico permanece presente, no ambiente universitário, causando dificuldades para o desenvolvimento da prática profissional e da relação docente-acadêmico.

A literatura, acerca da relação entre o meio do trabalho e os impactos na saúde mental, ressaltam que, a conjuntura de exploração e precariedade das condições de trabalho têm resultado em prejuízos preocupantes à saúde de professores e demais trabalhadores da educação. Com isso, é possível afirmar que, um indicador, ascendente no processo de adoecimento, entre docentes, nas últimas décadas, apontam, o sofrimento mental, como uma das formas mais graves de adoecimento.

Tostes et al (2018) pontuam

Nos referimos ao sofrimento mental dos professores, compreendido por meio de um conjunto de manifestações do corpo e da psique, como estresse, ansiedade, depressão e fadiga, estamos nos dirigindo ao que seria a introdução da expressão contemporânea ‘mal-estar docente’ (2018, p. 90).

Quando abordamos o tema, a saúde mental no Brasil e a saúde mental de docentes, podemos apreender que, ele permanece, dentro de um modelo de desenvolvimento. Daí, a escolha do método materialista-histórico-dialético, na presente pesquisa, como um método que, nos remete à contextualização, à compreensão da trajetória histórica da saúde mental e ao adoecimento psíquico de docentes até os dias atuais.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Ao longo deste resumo expandido, visto que a pesquisa está em fase inicial de desenvolvimento, até o presente momento, pudemos concluir que, as formas de abordar a saúde mental apresentaram, algumas mudanças. Concordamos que, o atendimento passou a ser mais humanizado, garantindo alguns dos direitos dos indivíduos. Contraditoriamente, a saúde mental do docente, dentro das universidades, ainda é baixa. São poucos os projetos desenvolvidos e em funcionamento, para acolhimento e atendimento dos docentes.

Biesek e Gagliotto (2023), “apontam cinco categorias de intervenção para a promoção da saúde mental, como a institucionalização dos serviços de assistência, a formação dos docentes para além dos conteúdos curriculares, as ações institucionais, a infraestrutura e o uso das artes no ensino”.

Ponderando, em sujeitos que ensinam outros sujeitos, que transmitem conhecimento, que são pressionados, para desenvolver, com esmero, a sua prática pedagógica, muitas vezes com excesso de trabalho, têm como consequência, o adoecimento mental. Precisamos que o cuidado, com a saúde mental de docentes, seja levado a sério como elemento crucial, na elaboração de medidas, que preconizem melhorias nas atuais condições de trabalho.

Referências

BIESEK, Débora Maria, GAGLIOTTO, Giseli Monteiro, **O olhar e a escuta para o acolhimento e o cuidado de universitários em sofrimento psíquico: contribuições da educação e da psicanálise**. Jundiaí-SP, Paco Editorial, 2023.

BIESEK, Débora Maria. **Psicanálise e educação: o sofrimento psíquico dos acadêmicos da Unioeste de Francisco Beltrão-PR**. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

GRANER, K. M. CERQUEIRA, A. T. A. R. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**. São Paulo, 2019, p. 1327-1346.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

LIMA, A; F. **(Re) pensando a saúde mental e os processos de desinstitucionalização: Histórias, intervenções e desafios ético-políticos.** Curitiba, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOREIRA, D. Z.; RODRIGUES, M. B. **“Saúde mental e trabalho docente”.** Estudos de Psicologia, vol. 23, n. 3, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Carta de Ottawa.** Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde. Ottawa, 1986. Organização Mundial da Saúde. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) 1946. – 2017.**

TOSTES, M. V.et al. **“Sofrimento mental de professores do ensino público”.** Saúde em Debate, vol. 42, n. 116, 2018.

